

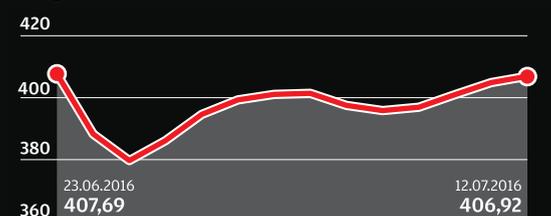
Bolsas recuperam do Brexit

Expectativa de mais estímulos dos bancos centrais anima mercados.

Theresa May, a nova inquilina de Downing Street

MERCADOS 20 e 21 e ECONOMIA 10 e 11

Acções mundiais têm estado em alta



Violas propõe fusão do BFA e da Caixa em Angola

EMPRESAS 14 e 15

JOÃO MACEDO VITORINO

“Portugal tem-se esforçado para tornar a Justiça mais célere”



João Vitorino é sócio-fundador da Macedo Vitorino & Associados.

SUPLEMENTO LEX

Sanções, a luta continua

Comissão tem agora 20 dias para propor sanções. Espanha avança plano B, mas Portugal resiste.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7 e EDITORIAL



O presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, na reunião de ontem.

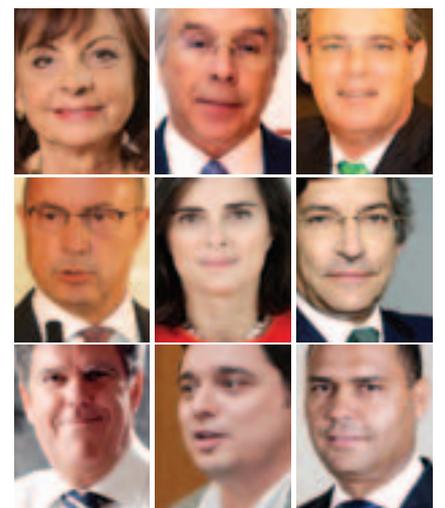
Publicidade

PROFFICE

ESCRITÓRIOS PARA ARRENDAMENTO A PROFISSIONAIS LIBERAIS

Av.ª António Augusto Aguiar, 5 | 1050-010 LISBOA
Telef. 96 586 30 55

CONFERÊNCIA NEGÓCIOS (R)EVOLUÇÃO DIGITAL



Hoje, das 9h00 às 13h00
Ritz Four Seasons Hotel, Lisboa.

ÚLTIMA

Lex

OPINIÃO

**▶ CARLA MARTINS BRANCO
ESCREVE SOBRE ECONOMIA
DOS OCEANOS**

ARBITRAGEM

**▶ RITA LYNCE FARIA REFORÇA
EQUIPA DA SOCIEDADE SRS**



João Macedo Vitorino

**“Portugal
tem-se
esforçado
para tornar
justiça mais
célere”**

Quem quer investir em Portugal ainda toma o pulso à justiça, mas o advogado João Macedo Vitorino assegura que esta “não está assim tão mal”.

JOÃO VITORINO SÓCIO-FUNDADOR DA MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS

Na advocacia, “há muita gente à procura de um lugar ao sol e não o vai conseguir”

No mercado dos prestadores de serviços jurídicos, a tendência é para a consolidação. É isso que pensa João Vitorino. Nesse processo, admite, algumas sociedades de advogados podem ficar pelo caminho.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Em duas décadas, a realidade que marca o chamado mercado da prestação de serviços jurídicos mudou de forma radical. Mas não é preciso recuar tão longe, até 1996, quando João Macedo Vitorino se tornou um dos sócios-fundadores da sociedade de advogados a que – com o irmão, António – emprestou os seus dois apelidos. O recente período de crise económica tornou-se exigente na mudança para a advocacia direccionada para as empresas. Um contexto que, segundo afiança João Vitorino ao Negócios, terá reflexos no futuro da actividade. “A realidade da advocacia portuguesa daqui a cinco anos não corresponderá à fotografia que existe hoje [...]. Há muita gente à procura de um lugar ao sol que, provavelmente, não o vai conseguir”, afirma.

O mercado da prestação de serviços jurídicos em Portugal mudou muito nas duas últimas décadas, até mesmo nos anos mais recentes. Hoje, 20 anos depois da criação do vosso projecto societário, que objectivos estratégicos orientam a Macedo Vitorino?

É diferente pensar numa sociedade de advogados que está à procura do seu espaço no mercado, de pensar nela quando já ocupamos um espaço específico. Nesse sentido, os nossos objectivos são hoje mais adaptativos do que eram há cinco ou dez anos. O propósito é conseguirmos beneficiar das mudanças do mercado. O desafio dos próximos anos é manter a notoriedade já conseguida.

A forma como a Macedo Vitorino se estruturou permite pensar que esse objectivo é alcançável?

Não é fácil, porque cria novas responsabilidades e novos desafios. Os clientes esperam da nossa sociedade o que se calhar não esperavam há dez anos. Temos de ser inovadores. A forma como nos relacionamos com o mercado tem de trazer uma componente que varie precisamente no sentido de que o mercado continue a apostar em nós.

Ainda é possível ser criativo na advocacia?

É evidente que era mais fácil quando a criatividade resultava da própria criatividade da economia. Ser-se inovador era estar-se à frente no conhecimento das matérias. A advocacia é cada vez mais uma actividade de prestação de serviços e que luta com as mesmas armas que os outros prestadores de serviços. Isso obriga-nos a perceber que temos de ter uma advocacia cada vez mais global.

Disse que o mercado da advocacia mais vocacionado para a assessoria às empresas está a mudar? Em que sentido?

Há um movimento de consolidação. Houve até recentemente um movimento de internacionalização no sentido de que o espaço jurídico português estava a ficar acessível a sociedades de advogados estrangeiros. Esse movimento consolidou-se. As grandes sociedades espanholas já ocuparam o seu espaço. As inglesas já cá estiveram. Houve quem estivesse e se tivesse



A realidade da advocacia portuguesa daqui a cinco anos não corresponderá à fotografia que existe hoje. [...] Há muita gente à procura de um lugar ao sol que, provavelmente, não o vai conseguir.

ido embora e quem se mantivesse. Todos esses têm o seu espaço.

E quanto às sociedades de advogados portuguesas?

Para as sociedades portuguesas há um caminho a percorrer no sentido de haver alguma consolidação.

Está a falar de fusões entre sociedades?

Não significa que esse movimento de consolidação seja um movimento de fusões. Quando falo em consolidação refiro-me a uma mercado que está rarefeito. A realidade da advocacia portuguesa daqui a cinco anos não corresponderá à fotografia que existe hoje, não digo nas que dominam o mercado,

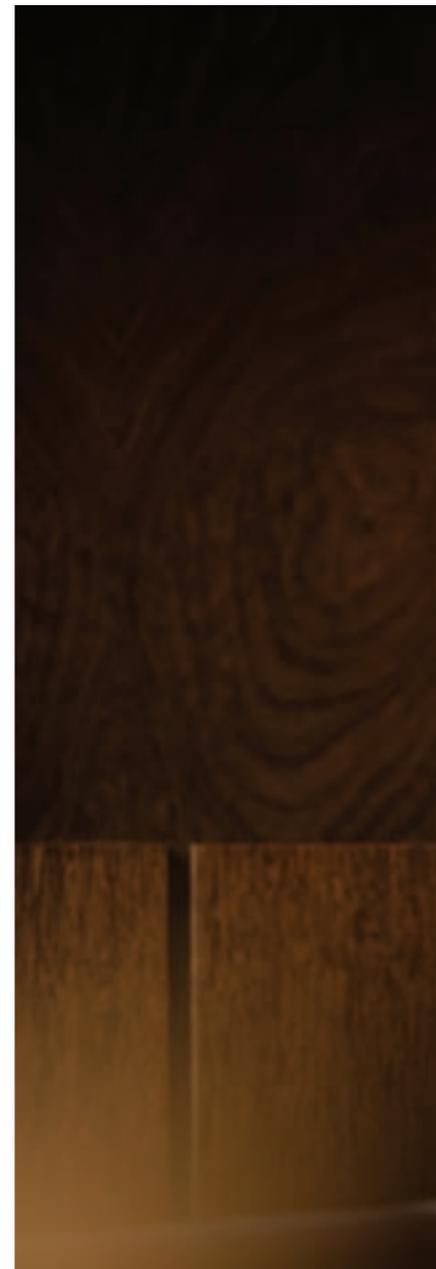
mas digo sobretudo naquelas que estão logo a seguir. Há muita gente à procura de um lugar ao sol que, provavelmente, não o vai conseguir.

Esse lugar ao sol vai em que sentido?

No sentido de que essa consolidação do mercado vai exigir que quem já ocupou o seu espaço vai ter de mostrar que está à altura do desafio. É preciso saber mudar em função das necessidades dos clientes.

Quais são hoje as necessidades dos clientes?

Hoje, as necessidades de apoio jurídico não são de apoio ao crescimento. Nesse sentido, há aqui





PERFIL

Entre a escola e a advocacia

João Vitorino é sócio-fundador da Macedo Vitorino & Associados e responsável pelos grupos de fusões e aquisições, energia e ambiente e comunicações. O escritório, que hoje conta com 32 advogados, fez 20 anos em Junho, mas a sua ligação à advocacia começou há mais de duas décadas. Concluiu a licenciatura em Direito em 1988 e tornou-se mestre em Direito Civil e Processo em 1994, sempre pela Universidade de Lisboa, onde foi assistente de 1990 a 2000.

um desafio que é, num contexto regressivo da economia, conseguir aproveitar a circunstância de que nem todos sobreviverão. Por outro lado, nas relações internacionais houve uma tendência de se permitirem operações feitas em Portugal subordinadas ao nosso direito, porque existia confiança num país que se consolidou no espaço europeu e no espaço global. Existia estabilidade jurídica, que fazia com que a banca que emprestava em Portugal se sujeitasse ao direito português.

Essa realidade alterou-se. O que é que lhe sucederá?

Esse é um movimento que face à história recente do nosso país provavelmente não continuará.

Independentemente do Brexit, a “common law” (“direito comum” anglo-saxónico) tornar-se-á preponderante. Depois, além disso, o contencioso passou a ter uma preponderância que não tinha até há cinco, seis anos. Hoje litigamos mais do que litigávamos. Sobre tudo aqueles escritórios mais ligados aos grandes movimentos da economia portuguesa.

A maior componente de contencioso é uma espécie de retorno às raízes da advocacia?

Se olharmos para a advocacia que se fazia até há cinco ou seis anos, verificamos que o mercado se fez muito à volta do crescimento da economia. A advocacia viveu muito da capacidade de se adaptar

a esses fenómenos. Houve quem conseguisse e quem não conseguisse. Os clientes passaram a ter outras necessidades, necessidades mais defensivas dos seus direitos de créditos, dos seus direitos económicos face aos contratos estabelecidos com as suas contrapartes, portanto, viraram-se mais para assegurar os direitos que já tinham e não tanto para novos projectos.

Isso significou trabalho menos bem pago para os advogados?

Os últimos resultados que saíram não apontam para isso. A advocacia dos tempos bons tem um tipo de trabalho e a dos tempos maus tem outro tipo de trabalho. Nos tempos maus em que vivemos actualmente, não deixámos de ter

trabalho. Houve foi a necessidade de nos adaptarmos a uma advocacia de consultoria pura e dura e de projectos, para um tipo de advocacia em que o custo para o cliente não é previamente assumido, o que o torna mais difícil de contabilizar.

Houve por isso necessidade de adaptação por parte das sociedades de advogados?

Nesse sentido houve necessidade de adaptação, mas mesmo neste contexto de incerteza surge trabalho. Isso significou a manutenção do nível de trabalho nessa actividade no mesmo nível de intensidade que tinha antes, o que resultou da especialização em determinadas matérias do direito. ■



O contencioso passou a ter uma preponderância que não tinha até há cinco, seis anos. [...] Sobre tudo aqueles escritórios mais ligados aos grandes movimentos da economia portuguesa.

JOÃO VITORINO SÓCIO-FUNDADOR DA MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS

“Portugal tem-se esforçado para tornar a justiça mais célere”

A lentidão da justiça continua a pesar na decisão de quem pensa investir em Portugal. Para o advogado João Macedo Vitorino, em termos médios, comparando com outros países europeus, a nossa justiça “não está assim tão mal”.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Quando se trata de apostar em Portugal, os investidores estrangeiros parecem estar de pé atrás. Na perspectiva de João Vitorino, muitas vezes essa posição resulta de ideias preconcebidas. Contrariar esse entendimento é também um trabalho dos advogados. Tal como desconstruir o “dogma” que existe sobre o mercado de trabalho ou funcionamento da justiça, assegura o sócio-fundador da Macedo Vitorino & Associados.

A vossa sociedade tem uma componente importante de trabalho que envolve o apoio jurídico a clientes estrangeiros. Quando estão em causa eventuais investimentos, o que é que esses clientes vos dizem relativamente à situação actual do país?

Gostava de afirmar que os clientes estrangeiros dizem coisas boas do país, mas não dizem. Às vezes um pouco por falta de percepção. Para as pessoas que pensam por nós, era importante que percebessem que as sociedades não vivem isoladamente. Não podemos pensar que quando definimos uma estratégia para um país somos os únicos a fazê-lo.

Ou seja, o país não está isolado e quem o governa não deve ignorar essa realidade. É isso?

O mercado em que cada um joga com as suas armas existe até entre os países. No espaço global, cada Estado em si não é um Estado isolado. Quando tomamos certas decisões temos de pensar que



Sara Matos



Toda a matéria em torno do direito do trabalho é, lá fora, um dogma. Criou-se a ideia de que aqui não se trabalha. A realidade mostra que não é assim.

o investidor faz uma análise ao mercado. Faz uma “checklist” para encontrar os prós e os contras desse mercado. Às vezes essa análise não é sequer feita com grande profundidade, mas com ideias preconcebidas.

Há ideias preconcebidas por parte dos investidores?

Não estou a dizer se tem razão ou não, mas a verdade é que isto acontece. Há uma ideia preconcebida relativamente a Portugal. O esforço para ultrapassar esse preconceito não é feito, porque não se justifica, porque há países que não obrigam a esse esforço. Logo, o investimento não é feito aqui.

Procuram contrariar essa percepção junto dos vossos clientes?

Esse é um pouco o nosso trabalho. Um trabalho no sentido de dizer que o facto de Portugal ter mudado de orientação política não nos transforma numa Grécia,

numa Turquia ou nem sequer numa Roménia. Continuamos a ter os nossos trunfos, mas esse é um trabalho nosso. Garanto que é muito difícil ir lá fora e depois ter de dizer o contrário do que diz o Financial Times.

Esse trabalho que os advogados fazem é reconhecido?

Temos tido algum reconhecimento por parte da AICEP [Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal] relativamente ao papel que os advogados podem ter na exposição externa do país. Não apenas para levar os nossos clientes para fora, mas também no papel de desmistificar algumas ideias preconcebidas.

Além da nova orientação política, há questões onde essa percepção errada se faça sentir mais?

Por exemplo, toda a matéria em torno do direito do trabalho em Portugal é, lá fora, um dogma.

Criou-se a ideia de que aqui não se trabalha. A realidade mostra que não é assim. O custo do trabalho em Portugal continua a ser baixo.

A falta de celeridade da justiça continua a ser invocada?

Mais uma vez, em termos médios, Portugal não está assim tão mal. Portugal tem-se esforçado para tornar os tempos da justiça mais curtos, para tornar a justiça mais célere. Deve ser dado o mérito a quem por lá tem passado, todos têm tido essa preocupação.

Há também aqui uma ideia preconcebida?

Temos problemas, como é evidente. Alguns dos nossos competidores têm menores problemas do que nós. Se nós pensarmos nessa história de compararmos os países uns com os outros, obviamente temos de melhorar esse parâmetro, mas resta-nos o consolo que é pelo caminho de simplificar a justiça que estamos seguir. ■